



ATA DE REUNIÃO - 1ª Reunião do Subcomitê de Gestão de Riscos em 2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

| | |
|--------------------------|---|
| Identificador/Tema | 1ª Reunião do Subcomitê de Gestão de Riscos - 2023 |
| Data | 25/04/2023 |
| Horário (início/término) | 11h com previsão de término às 12h |
| Local | Reunião presencial - Sala de Reunião da Presidência |

2. PAUTA

| ID | Descrição do item |
|---------|--|
| 01/2023 | Contextualização |
| 02/2023 | Desempenho das seguintes iniciativas estratégicas: <ul style="list-style-type: none">• Elaboração do Plano Estratégico Institucional de Riscos• Adaptação do Processo de Gestão de Riscos do TRT6 às recomendações da Auditoria Interna (PROAD nº 10284/2022)• Adaptação do Relatório de Gestão do TCU, no que concerne à gestão de riscos• Avaliação da maturidade em riscos do TRT6 utilizando como referencial a metodologia adotada pelo TCU.• Adequação da metodologia de gestão de riscos do TRT6 para alinhamento ao Programa de Integridade• Redistribuição de competências entre a unidade de controle e o gestor de risco |
| 03/2023 | Desempenho dos Planos de Tratamento de Riscos (PTR) |
| 04/2023 | Propostas de priorizações dos Levantamentos de Riscos em 2023 |

3. DESENVOLVIMENTO

| Descrição do item |
|--|
| <p>O Diretor Geral, Wladimir Rolim, agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião.</p> <p>Dando continuidade, a servidora, Alexsandra Monteiro fez uma breve apresentação das ações que foram priorizadas no ano de 2022, a fim de compartilhar com os</p> |

novos integrantes do Subcomitê Gestor de Riscos (SGR) e, em seguida, detalhou a atual situação de cada uma delas, conforme relatado a seguir:

No tocante a iniciativa de desenvolvimento da "Estratégia Institucional de Gestão de Risco", comentou que essa escolha teve por objetivo contribuir para o alcance das metas existentes na EnticJud, no iGovTI e iGovPub. Para atender essa demanda, foi elaborado um plano de ação no qual constam as atividades a serem realizadas, também acrescentou que será necessário efetuar a avaliação dos riscos dos objetivos estratégicos da instituição, conforme detalhado no Plano Estratégico Institucional (PEI). Luciana Hazin complementou que tem a intenção de realizar a revisão do PEI ainda este ano, mas não tinha certeza se seria possível.

No tocante às recomendações da Auditoria Interna, Alessandra Monteiro afirmou que essa ação tem por objetivo introduzir melhorias no próprio processo de gestão de risco da instituição e na forma de consolidação das informações apresentadas no Relatório de Gestão do TCU . Alessandra Monteiro ratificou que os ajustes no Relatório de Gestão do TCU já foram realizados, também foi elaborada uma matriz com todos os riscos identificados e atualizada a página de riscos no Portal da Internet. Conforme recomendação da Auditoria Interna, a matriz de risco deveria ser disponibilizada no site do Tribunal. Contudo, como esse documento pode conter informações sensíveis, solicitou aprovação do SGR. Alessandro Souza asseverou que o Tribunal possui um Plano de Classificação da Informação. Entretanto, ressaltou que esse plano ainda carece de regulamentação pela Área de Gestão Documental. Antigenes recomendou que a matriz fosse enviada para os gestores de riscos para que avaliassem a possibilidade de publicação para o público externo.

Em seguida, a servidora Alessandra Monteiro citou as ações que estão sendo desenvolvidas para adequação da Metodologia de Gestão de Risco ao Programa de Integridade, destacou que seria preciso incluir novas formas de classificação de riscos englobando os aspectos da corrupção, da improbidade e das finanças. Avany Gomes questionou se essa ação estaria relacionada ao Programa do e-Prevenção. Luciana Hazin respondeu afirmativamente e acrescentou que esse programa está sendo conduzido por Dani e Isabela, ambas assessoras da Presidência. Adriano Pinheiro questionou se as ações do e-Prevenção estavam aguardando a divulgação da Política de Integridade pelos Órgãos Superiores e Luciana Hazin afirmou que não apenas a Política de Integridade, mas também a conclusão das atividades de revisão do Código de Ética. Adriano Pinheiro afirmou que recebeu informação de que os Tribunais não poderiam valer-se do argumento de que estava aguardando a institucionalização de uma política nacional, mas deveria dar andamento à implantação do Programa de Integridade. Luciana Hazin afirmou que o questionário do e-Prevenção baseia-se em cinco pilares sendo um deles o controle e auditoria, argumentou que vários itens deste pilar dependem de uma política norteadora.

No tocante à Avaliação da Maturidade da Gestão de Risco, Alessandra Monteiro afirmou que esta ação tem por finalidade fornecer uma percepção do nível de maturidade do Tribunal e direcionar as ações para evolução na escala de maturidade em Gestão de Riscos. Alessandra Monteiro acrescentou que foi implementada a planilha de consolidação e cômputo do nível de maturidade, além da matriz RACI para identificação das unidades envolvidas no preenchimento do questionário. Complementou ressaltando que o próximo passo será enviar o questionário para preenchimento e apresentação das evidências pelas unidades.

Em se tratando das propostas de melhoria do processo de gestão de risco, Alessandra Monteiro trouxe algumas sugestões, além das já recomendadas pela Auditoria Interna. Dentre elas destacaram-se:

A delegação das competências relacionadas ao suporte e ao monitoramento dos PTR para a DPI; alteração da composição do SGR de forma que a chefia da DPI passasse a integrar o subcomitê, já que a unidade está diretamente envolvida com a gestão desses dados.

No aspecto periodicidade das revisões dos PTR, propôs que a frequência das revisões fosse anual. Nesse ponto, Alessandro Souza interveio e recomendou que inicialmente a periodicidade fosse bianual, devido ao elevado volume de trabalho envolvido.

Adicionalmente, recomendou alteração nas formas de comunicação do evento de risco. Explicou que atualmente os planos são monitorados utilizando-se o Trello, contudo o relato da ocorrência do evento real não está padronizado, para sanar essa lacuna, propôs que essa comunicação seja realizada por meio do PROAD.

Ademais, sugeriu intensificar a disseminação da cultura de gestão de riscos no Tribunal por meio da realização de capacitações no formato de *workshops* e *da divulgação das ações em canais como intranet e/ou email institucional*.

Além desses itens, recomendou alterações nas atribuições dos gestores de riscos de forma que passassem a ser responsáveis pela etapa de revisão dos próprios PTR, seguindo o cronograma e as orientações da DPI. O trabalho da DPI deveria se concentrar na elaboração conjunta com o gestor de risco apenas do primeiro PTR da unidade e na avaliação da qualidade das revisões dos planos.

Em seguida, Avany Gomes recomendou que fosse revista a necessidade de uso do critério de relevância. Atualmente, a metodologia de gestão de risco do TRT6 utiliza-se de três critérios para avaliação do nível de risco: probabilidade, impacto e relevância. Contudo, Avany Gomes argumentou que, os padrões de avaliação de riscos amplamente difundidos no mercado e também utilizados em diversos Órgãos Públicos, faz uso apenas de dois critérios (probabilidade e impacto). Essa diferença dificulta a comparação dos resultados obtidos pelo TRT6 frente às demais organizações. Assim, a Auditoria Interna sugeriu que a DPI avaliasse a possibilidade de remoção desse critério da Metodologia de Gestão de Riscos do Tribunal.

No tocante ao desempenho do Portfólio de Plano de Tratamento de Risco, Alessandra Monteiro mencionou que o Tribunal possui 27 planos ativos que foram elaborados em conjunto com os gestores de riscos no período compreendido entre 2018 a 2022, o índice de execução desses planos estão em torno de 70% de completude. Também apresentou o novo painel de acompanhamento dos PTR, desenvolvido no *Power BI*, que dispõe de informações mais completas sobre os indicadores. A previsão de liberação em produção é final de junho/2023.

No tocante à proposta de priorização dos processos para levantamento dos risco em 2023. Foi proposto que os trabalhos fossem iniciados pela Prestação Jurisdicional. Alessandro Souza sugeriu que fosse escolhido um ponto específico desse processo, tal como o subprocesso de elaboração de alvará.

Por fim, Alessandra Monteiro agradeceu a presença de todos e informou que esta ata será encaminhada para coleta de assinaturas no PROAD e por e-mail para a ciência de todas as unidades envolvidas, sem prejuízo da publicação no site da intranet.

4. DELIBERAÇÕES

- Aprovada o envio da Matriz de Riscos para avaliação dos gestores de riscos quanto à possibilidade de publicação do conteúdo no Portal da Internet (público externo).
- Aprovada delegação das atribuições de suporte e monitoramento dos PTR para a DPI;
- Aprovada alteração da composição do SGR incluindo a chefia da DPI como membro do comitê.
- Aprovada proposta para alteração de normativos sistematizando a periodicidade máxima para revisão dos PTR como sendo dois anos.

- Aprovada alteração na forma de comunicação do evento de risco (evento real) por meio do PROAD.
- Aprovada medidas para intensificar a disseminação da gestão de risco no Tribunal. As medidas são: realização de capacitações no formato de *workshops* e *divulgação das ações em canais como intranet e/ou email institucional*.
- Aprovada alteração nas atribuições dos gestores de riscos de forma que passem a ser responsáveis pela etapa de revisão dos PTR, obedecendo ao cronograma e às orientações da DPI.
- Aprovada a revisão da metodologia de gestão de riscos e avaliação da viabilidade de remoção do critério relevância.
- Aprovado que os levantamentos de riscos em 2023 vão se concentrar nos principais subprocessos relacionados com a Prestação Jurisdicional.

5. PARTICIPANTES

| | Nome Cargo | Lotação |
|---|--|--|
| 1 | ANTIÓGENES CARNEIRO PEREIRA FILHO | Secretaria Geral da Presidência |
| 2 | WLADEMIR ROLIM | Diretoria Geral |
| 4 | ALESSANDRO ALCIDES DE SOUZA | Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação |
| 5 | LUCIANA DE MORAES HAZIN | Secretaria de Governança e Gestão Estratégica |
| 6 | JOÃO ADRIANO PINHEIRO DE SOUSA | Secretaria Administrativa |

6. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

| | Nome | Lotação |
|---|---|---------------------------|
| 1 | RENATA MARIA PESSOA MARANHÃO DE LIMA | Corregedoria |
| 2 | SÉRGIO RICARDO BATISTA MELLO | Secretaria Administrativa |

7. CONVIDADOS

| | Nome | Lotação |
|---|--|--|
| 1 | ALEXSANDRA MONTEIRO SILVA | Divisão de Processos e Iniciativas Nacionais |
| 2 | AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI | Secretaria de Auditoria |

8. ASSINATURA DOS PRESENTES QUE APROVAM A RESPECTIVA ATA

Os membros do comitê, identificados a seguir, aprovam e assinam a respectiva ata.

| | Nome Cargo | Assinatura |
|---|---|---------------------------------|
| 1 | ANTIÓGENES CARNEIRO PEREIRA FILHO Secretário Geral | <i>Assinado eletronicamente</i> |
| 2 | WLADEMIR ROLIM Diretora Geral | <i>Assinado eletronicamente</i> |
| 3 | ALESSANDRO ALCIDES DE SOUZA Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação | <i>Assinado eletronicamente</i> |
| 4 | LUCIANA DE MORAES HAZIN Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica | <i>Assinado eletronicamente</i> |
| 5 | JOÃO ADRIANO PINHEIRO DE SOUSA Diretor da Secretaria Administrativa em exercício | <i>Assinado eletronicamente</i> |
| 6 | AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI Diretora da Secretaria de Auditoria | <i>Assinado eletronicamente</i> |
| 7 | ALEXSANDRA MONTEIRO SILVA Chefe da Divisão de Processos e Iniciativas Nacionais | <i>Assinado eletronicamente</i> |